



O EAD COMO ALTERNATIVA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL

SANTOS, C.M.M¹

Resumo: O Ensino a Distância surge no Brasil como uma estratégia de acesso ao ensino contribuindo para a formação do povo brasileiro e diminuindo os anseios da população que se encontra impossibilitados de realizar um curso presencial. Neste contexto, surgem as dificuldades desta modalidade de ensino, se consideramos, por exemplo, a dimensão continental do nosso território. Portanto, urge a necessidade de implantação de políticas públicas que sejam eficientes e que concretizem o EAD como uma modalidade de ensino sem ocorrência de evasão.

Palavras chave: educação à distância; aprendizagem colaborativa; planejamento e gestão.

1. Introdução

A história da Educação a Distância no Brasil (EAD) traz na sua gênese a proposta de democratização do ensino, estabelecendo como público alvo a população socialmente menos favorecida que habitava as regiões mais longínquas do país.

As primeiras iniciativas deste modelo educacional datam de meados de 1904, pelo Jornal do Brasil, com a implantação de cursos de datilografia por correspondência. Alguns anos depois, já em 1934, surge com o Instituto Monitor a primeira escola a oferecer cursos profissionalizantes à distância por correspondência. Já no ano de 1939, o Instituto Universal Brasileiro oferece uma gama de cursos profissionalizantes que vem contribuir para a formação do povo brasileiro. Atingindo, assim, uma amplitude nacional ainda maior. No ano de 1947, com o apoio do sistema radiofônico brasileiro, o Sesc e o Senac criaram a Nova Universidade do Ar com o objetivo de oferecer cursos comerciais radiofônicos. Já em 1950, com a aceitação positiva pela sociedade, a Universidade do Ar chegou a atingir 318 localidades e 80 mil alunos cadastrados nos cursos por ela oferecidos. No ano de 1978, a Fundação Roberto Marinho cria o programa Telecurso 2º Grau e em 1981 a mesma fundação cria o Telecurso 1º Grau destinado a pessoas que desejam obter a certificação do supletivo através de envio de apostilas pelos Correios. Desta forma, segue o panorama da gênese do EAD no Brasil, conforme pode ser confirmado no site da Associação Brasileira de Educação a Distância² (ABED).

¹Cássio Marcilio Matos Santos: Especialista em Gestão da Inovação no Setor Público – UESB

²ABED: Associação Brasileira de Educação a Distância. www.abed.org.br/site/pt/midioteca/censo_ead



Não obstante, devemos lembrar que nos anos de formação dos cursos à distância o Brasil passou por um processo conturbado politicamente. Desde a República Velha, passando a Ditadura Vargas, depois os Governos Populistas e mais os Governos Militares, e, por último, a Nova República, foram detectados várias iniciativas de adequar o povo brasileiro as necessidades que o mercado exigia para a nova sociedade. E assim, para que o Brasil avançasse os limites do atraso colonial era preciso democratizar o ensino nas mais variadas e distantes regiões do país. A independência econômica e a igualdade social só poderiam ser alcançadas com investimentos em Políticas Públicas e em Educação de qualidade. Contudo, o Ensino à Distância (EAD) tornou-se uma estratégia em Políticas Públicas para o modelo político-econômico vigente. E mais, o EAD também era uma alternativa para uma parcela da população que não poderia fazer um curso presencial e, portanto, se especializar.

Após fazermos uma breve introdução do panorama da gênese do EAD no Brasil, abordaremos como esta modalidade se reafirma como uma alternativa de ensino no país, conforme o Decreto 9.057. Neste ponto, ainda, problematizaremos a discussão em duas perspectivas. Na primeira abordaremos a distribuição dos cursos de EAD por região geográfica no país e no segundo problematizaremos um problema crônico que atinge as Instituições de Ensino Superior que é a evasão de alunos.

Neste artigo não pretendemos esgotar toda a discussão que existe sobre a modalidade EAD. Muito pelo contrário. Estamos abrindo mais um leque de possibilidades para que ela se concretize no ensino superior no país. Aqui, reforçamos mais uma vez que o objetivo deste artigo é o de demonstrar que o ensino a distância é mais uma ação de democratização do acesso ao ensino no Brasil. Longe de ser a única e a última. Democratizar a educação é tornar o acesso e a permanência a todo o brasileiro com a ampla diversidade que o compõe.

2. Desenvolvimento

Após os primeiros modelos de cursos a distância que foram implantados, os pioneiros desta modalidade perceberam que estes cursos não mais satisfaziam as necessidades da sociedade e ainda não se aplicavam as reais necessidades que o mercado capitalista exigia. Era preciso um modelo com maior sistematização e uma



melhor adequação dos cursos aos alunos em suas regiões habitacionais. Sendo assim, no ano de 1995 é inaugurado o Centro Nacional de Educação à Distância e no ano de 1996 foi criada a Secretaria de Educação à Distância dentro de uma política que prima pela democratização e a qualidade da educação brasileira, ambos instituídos pelo MEC. No ano de 1996, ainda, foi criada a Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED) que é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo promover a pesquisa e o desenvolvimento da EAD. Todavia, somente no ano de 1996 a EAD é regulamentada pela Lei LDB 9.394 de 1996 e dez anos depois, em 2006, foi criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB) que representa o início da sistematização e da normatização dos cursos oferecidos na modalidade à distância. A UAB traz consigo a interatividade como o grande elemento metodológico no qual dará uma nova propulsão aos cursos de EAD no Brasil.

Se nos primeiros momentos da história dos cursos a distância não havia interação entre alunos e professores, e, portanto, não havia como tirar dúvidas e nem todos se adaptavam a metodologia do autodidatismo, no segundo momento, com a nova sistematização, a interação torna-se lema das práticas educativas e agora o aluno mais entusiasmado busca outras formas de formação, aperfeiçoamento ou capacitação. Desta maneira, amparados pelos avanços da tecnologia esta modalidade se amplia e no ano de 2005 o Estado brasileiro define oficialmente, através do Decreto nº 5622, que a EAD é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica deverá ocorrer com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação –TIC´s. Desse modo, estudantes e professores poderão estar conectados no mesmo processo, mas estarem fisicamente distantes. Agora, as práticas educativas poderão ocorrer em lugares e em tempos diversos, conforme nos alertava Dilvo Ristoff:

“[...] o crescimento do ensino a distância no país sempre esteve relacionado aos propósitos do Plano de Desenvolvimento da Educação com uma expansão da oferta de vagas atendendo, especialmente, aos impossibilitados de estarem presentes em um curso nas regiões longínquas do país”. (RISTOFF, 2006)

Por conseguinte, a Educação a Distância é entendida como uma das possibilidades de ação, dentre as políticas de governo, voltadas à democratização do acesso a educação atuando em todos os níveis de ensino. Eis o objetivo deste artigo - reafirmar o EAD como modalidade de ensino. O Decreto nº 9.057 de maio de 2017 regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394 do Governo Federal que define e dá outras providências para a criação de cursos à distância no Brasil. O intuito da lei é possibilitar ao país atingir a Meta 12 do



Plano Nacional de Educação (PNE) que determina a elevação da taxa de matrículas na educação superior em 50%. O Decreto ainda define normas para as instituições públicas e estabelece regras para ofertas na educação superior no país.

2.1 Localização das Instituições EAD por Região Geográfica

Conforme dados obtidos no Censo EAD de 2016, obtidos da Associação Brasileira de Educação a Distância, informam que o Ensino a Distância está caracterizado em todas as regiões do país. Dos dados, infere-se que 37% dos cursos estão concentrados na Região Sudeste, 27% dos cursos tem suas sedes na Região Sul, 18% estão na Região Nordeste, 11% na Região Centro-Oeste e 7% na Região Norte.

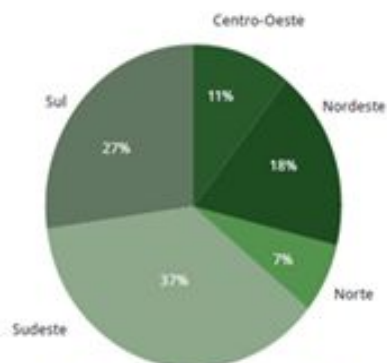


Gráfico 01: Ead por região

Conforme se observa no gráfico ao lado. Esses dados revelam como este tipo de educação é um segmento bem distribuído pelo território nacional se compararmos as populações das mesmas regiões. Concluimos que quanto maior a população de uma determinada região maior será a procura por cursos na modalidade EAD. Em contrapartida, por exemplo, é na Região Sul e Sudeste que há também um maior número de pessoas que buscam se aprimorar e historicamente elas tem uma melhor adaptação as possibilidades de emprego e adaptação ao mercado. Isto faz com que esta região dispare na frente quanto ao número de matrículas e, conseqüentemente, maiores as chances de ocorrer evasão.

2.2 A Evasão como um problema de Gestão para o EAD

Sabemos que a evasão é atualmente um dos grandes problemas que acometem os cursos superiores no Brasil. Sejam eles em instituições públicas ou em instituições particulares. Sejam eles em cursos presenciais ou mesmo cursos à distância. Do total de 2,98 milhões de alunos matriculados em cursos superiores, obtém-se que no ano de 2016 foram 2,15 milhões de matrículas para cursos presenciais contra 0,843 milhões para os cursos à distância. Ou seja, 72% para os cursos presenciais contra 28% para os cursos à distância, conforme dados da ABMES³. Uma clara evidência de que os cursos nesta modalidade estão se tornando cada vez mais procurados no país. E ao lado do

³ ABMES: Associação Brasileira das Mantenedoras de Educação a Distância. www.abmes.org.br/noticias/



maior número de matrículas poderá ocorrer um maior número de desistentes. Para o EAD a realidade não podia ser diferente. Todavia, os motivos são variados. Contudo, ainda com dados do último Censo EAD da ABED, verificamos que 45% das instituições públicas estaduais reconhecem saber os motivos da evasão nesta modalidade, contra 60% das instituições privadas que declaram reconhecer os motivos da evasão, dados aproximados. Conforme se observa no gráfico da ABED adaptado a seguir:



Gráfico 02: Instituições que sabem os motivos da evasão

Esta abordagem abre um amplo espaço para discussão e pesquisa se desejarmos contribuir verdadeiramente para a democratização do ensino. É preciso aliar conhecimentos de Educação com práticas de gestão eficientes para produzir resultados satisfatórios.

3. Conclusões

Neste artigo, chamamos atenção para o processo histórico que o EAD vem passando ao longo dos anos no Brasil. Entendemos que esta gênese da EAD facilita a compreensão de que esta modalidade de ensino é mais uma alternativa no processo de democratização do ensino no Brasil. Entendemos ainda que o país necessita, urgentemente, de Políticas Públicas eficientes que atendam a demanda populacional nos lugares mais distantes e nos quais a dificuldade de acesso ainda é uma constante inevitável, conforme nos relata o Decreto 9.057 no art. 9º do Governo Federal. Além do mais, a implantação de Políticas Públicas eficientes para atender a demanda social pode contribuir para a fixação dos alunos nos cursos superiores. Para contribuir com nossas reflexões buscamos informações no site da ABED que é uma organização composta por uma sociedade científica que faz vários estudos na área de Educação à Distância.



No Brasil, fala-se muito que a Educação é o meio transformador do país, e, conseqüentemente, possibilitará a nação se desenvolver. Então, as Instituições de Ensino Superior, principalmente as públicas, podem contribuir com modelos de gestão eficientes e metodologias que facilitem e permitem estudos com qualidade. Isto, certamente, dependerá de uma ampla discussão nos meios acadêmicos e para o caso específico de EAD dependerá também da escolha do modelo adotado em cada instituição. Conforme se observarmos as variadas regiões do país, os públicos também são variados. Não se pode conceber um único modelo de EAD para atender todos os brasileiros. Antes, é necessário ajustar o modelo a condição de público e as reais necessidades de cada região. Assim, a evasão tão avassaladora nos cursos superiores poderá ser coibida.

Então, para se obter um modelo eficiente de educação a distância que atenda toda a população serão necessários indicadores de desempenho que mensurem e corrijam as falhas do modelo implementado. O Estado vem colaborando e criando normas e políticas de fomento ao ensino, mas sem dúvidas isto não é suficiente para atingir uma qualidade desejada na educação. O Estado precisa muito mais do que oferecer serviços sociais essenciais, como a educação. É preciso estabelecer ações articuladas com a sociedade para a construção de direitos sociais. É necessário estabelecer aproximações da área de gestão com a área de ensino. Ademais, é necessário que as instituições públicas (ou mesmo as particulares) tenham um alinhamento com as políticas educacionais includentes e não apenas mercadológicas como normalmente se tem observado em algumas instituições. Logo, boas práticas educativas são importantes, mas não são os únicos instrumentos para que se obtenham resultados satisfatórios. Em tempos atuais, não se pode dissociar Educação à Distância de Gestão e Planejamento. É necessário unir esforços para construir um país no qual se tenha como lema “todos pela educação”.



4. Referências

- BELLONI, Maria Luiza. **Educação à Distância**. SC.
<https://pt.slideshare.net/renatadesousa33/educacao-a-distancia-maria-luiza-belloni> Acesso em 30/10/2017;
- BARROSO, João. **O Estado, Educação e a regulação das Políticas Públicas**.
<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf> Acesso em 30/10/2017;
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra S.A, 1999.
https://perguntasapo.files.wordpress.com/2011/02/castells_1999_parte1_cap1.pdf
Acesso em 30/10/2017;
- DAUDT, Sonia Isabel; BEHAR, Patricia Alejandra. **A gestão de cursos de graduação a distância e o fenômeno da evasão**. Art: v.36, n.3, p. 412-421, set/dez 2013. RS.
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/15543/10229>
Acesso em 30/10/2017;
- KONRATH, Maria Lúcia. **Mídias na Educação: gestão eficiente para uma prática pedagógica em EAD**. RS. Artigo: 2009.
<http://seer.ufrgs.br/renote/article/download/13977/7870> Acesso em 30/10/2017;
- OLIVEIRA, Djalma. **Planejamento Estratégico**. São Paulo, Atlas, 2004.
https://books.google.com.br/books/about/Planejamento_estrat%C3%A9gico.html?hl=pt-BR&id=BU72PgAACAAJ&redir_esc=y Acesso em 30/10/2017;
- RISTOFF, Dilvo. **A universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectivas**. In. MOROSINI, M. (Org). A universidade no Brasil: concepções e modelos. Brasília: Inst de Est e Pesq Educacionais Anísio Teixeira, 2006".
<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/341.pdf#page=25> Acesso em 30/10/2017;
- RUMBLE, James. **A gestão dos sistemas de ensino a distância**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. <https://www.estantevirtual.com.br/b/greville-rumble/a-gestao-dos-sistemas-de-ensino-a-distancia> Acesso em 04/10/2017;
- ___ ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância). **Educação à Distância: histórico e conceitos**. <http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/> Acesso em 04/12/2017;
- ___ ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância). **Censo EAD 2016**. http://www.abed.org.br/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf Acesso em 24/06/2018;
- ___ ABMES (Associação Brasileira das Mantenedoras de Educação a Distância). **50% das matrículas**. <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/1900> Acesso em 04/12/2017;
- ___ AGENCIA BRASIL. **Educação Superior**.
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-05/educacao-superior-distancia-cresce-em-ritmo-acelerado-mostra-censo-de-2015>. Acesso em 04/12/2017;
- ___ Censo da Educação Superior 2016.
http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf Acesso em 27/06/2018;